



Genoíno faz objeção à contratação de quem não faz nada, enquanto Távola e Freire acham que trabalho honrado não é "trem"

Surge um novo "trem da alegria"

Arquivo 18/08/87



Sabino (E) controla o pessoal

Diretor garante que haverá demissões

Aproximadamente duas mil pessoas e duzentas pessoas foram mobilizadas para trabalhar, ao lado de deputados e senadores, nas várias etapas para a elaboração da nova Constituição. A informação é do diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, que centralizou em seu gabinete todos os assuntos ligados à parte administrativa da Constituinte. Sabino garante que todos são funcionários da Câmara e do Senado, convocados para dedicarem-se exclusivamente às tarefas ligadas à feitura na nova Carta. Foram realizadas, desde fevereiro do ano passado, segundo ele, apenas 45 contratações e 31 requisições de funcionários de órgãos públicos de outros estados para assessorarem a Mesa e os líderes na Constituinte.

"Todos esses contratos estarão automaticamente extintos com a promulgação da futura Constituição", fez questão de salientar o diretor-geral da Câmara. As 45 contratações foram feitas para atender aos líderes na Constituinte e aos membros da Mesa. Eles passaram a ter gabinetes próprios, com chefe de gabinete, dois assessores, um secretário-particular, dois datilógrafos, um copeiro, um mensageiro e um motorista. Foram autorizadas contratações apenas para os dois assessores e o secretário-particular, segundo Sabino, sendo os demais cargos preenchidos por funcionários do próprio Legislativo. O diretor-geral da Câmara afirmou ainda que não foram realizadas contratações para todos os postos (que totalizaram 60), tendo sido aproveitados alguns funcionários do próprio Congresso.

Retorno

Os 31 profissionais requisitados de outros órgãos também não permanecerão no Legislativo após a promulgação da Carta, de acordo com o diretor-geral da Câmara. Eles deverão voltar a seus setores de origem. Estas determinações fazem parte de um conjunto de medidas que será posta em prática com o fim dos trabalhos constituintes, para desmoralizar a estrutura montada no início do ano passado. Caberá à diretoria-geral da Câmara desmontar a estrutura.

Quanto aos dois mil e duzentos funcionários da Câmara e do Senado, eles passaram a integrar o "Núcleo de Apoio à Constituinte". Mil e cem dos três mil e seiscentos funcionários da Câmara, entre eles secretárias, datilógrafos, copeiras, assessores, motoristas e seguranças, foram mobilizados e passaram a receber uma gratificação que hoje varia entre Cz\$ 30 e Cz\$ 80 mil. Segundo Ademar Sabino, a gratificação foi estabelecida porque os funcionários passaram a trabalhar em regime de plantão, de segunda a segunda, das 8 às 23h00. Ela substituiu o pagamento de horas extras, que a administração considerou "impossível de se controlar".

Cerca de 500 funcionários que trabalham na Constituinte poderão ser efetivados nos próximos dias, nos quadros do Congresso, se aprovadas algumas das várias emendas apresentadas às "Disposições Transitórias" da futura Carta. A denúncia é do líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, que aponta, ainda, a possibilidade de as efetivações beneficiarem também jornalistas que trabalham no Diário do Congresso.

Uma delas é a emenda aditiva do deputado Mauro Sampaio, que será votada no final das Disposições Transitórias, pretende efetivar no quadro permanente do Congresso todos os funcionários da administração direta ou indireta do Governo Federal, Estadual e Municipal que, hoje, se encontram requisitados e à disposição dos trabalhos constitucionais.

Em apoio a esta proposição, o deputado Alexandre Puzna (PMDB/SC) chegou a desistir de emenda de sua autoria que visava extinguir a aplicação e contratações pelo regime jurídico da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), efetivando no quadro permanente da Casa todos os funcionários celetistas prestadores de serviços à Constituinte. "Será uma espécie de prêmio, pois estes servidores viveram uma verdadeira maratona constitucional", disse.

Nomeação

Nos moldes da Constituinte de 46, a mesa da Assembléia poderá

expedir títulos de nomeação efetiva a todos os funcionários interinos que prestaram serviços durante os trabalhos da elaboração da Constituição. "A mesa não tem competência e sequer amparo regimental para tamanho absurdo", adverte o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, afirma desconhecer disposição entre os membros da mesa da Constituinte para baixar um ato referendando um "trem da alegria".

Este "trem" já tem um precedente: a Constituição de 1946, em seus artigos 23 e 26 das Disposições Transitórias, garantiu aos inúmeros funcionários interinos das secretarias da Câmara e Senado Federal a nomeação efetiva no quadro de estatutário sem qualquer concurso. O "trem" de 46 também efetivou todos os funcionários com mais de cinco anos de serviço público do País, a exemplo de dispositivo incluído no texto base do Centrão, que pretende repetir a façanha. Também o deputado Mauro Sampaio (PMDB/CE) confessa que inspirou-se na Constituinte de 46 para propor a sua emenda que permite optar pela permanência no Congresso a todos os funcionários requisitados de órgãos federais para a Constituinte.

Número incerto

O diretor-geral da Câmara dos Deputados, Ademar Silveira

"Um cabide de emprego"

O risco do "Diário do Congresso", programa que poderá ser criado para substituir o Diário da Constituinte depois de promulgada a nova Carta, transformar-se numa "nova estatal, num cabide de empregos", foi apontada esta semana pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP). "Como idéia de divulgação o projeto é bom, mas desde que não se corporifique numa entidade empregadora e gastadora", afirmou o líder petebista, que não quer ver criada a "Congressobrás: vamos ter 50 jornalistas e o pior são os outros 500 funcionários que vêm por conta", acrescentou.

A maioria dos líderes na Câmara e no Senado apóia o projeto e não acredita que a estruturação do programa possa mover mais um "Trem da Alegria", com a contratação de pessoal. O deputado José Genoíno, por exemplo, vice-líder do PT, não faz qualquer objeção à efetivação dos profissionais que fazem o Diário da Constituinte. "Sou contra a efetivação de gente a título de clientelismo. Agora, sou a favor de efetivar gente que trabalha", afirmou.

Condenações

Outras lideranças também condenaram as insinuações sobre um novo "Trem da Alegria". "É preciso acabar com esse negócio de se dizer que contratar é absurdo. Absurdo é contratar para não se fazer nada", protestou o líder do PCB, deputado Roberto Freire. "Trem da Alegria é outra coisa. Não é dar trabalho honrado a profissionais honrados", acrescentou o deputado Arthur da Távola (RJ), um dos fundadores do novo partido.

De um modo geral, os parlamentares progressistas defendem a criação do diário do Congresso. Se aprovado na Câmara e no Senado, o Le-

gislativo terá, de segunda a sexta, um horário diário de 5 minutos na TV, para divulgar suas atividades, como ocorre hoje com o Diário da Constituinte.

"Vou me bater pelo programa", anunciou o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Para o deputado Roberto Freire, o Diário da Constituinte é um dos programas mais assistidos hoje, na TV, e colabora para conscientização e politização da sociedade. A liberdade de imprensa não seria ferida, segundo o deputado Arthur da Távola, já que o "Diário" iria ao ar ao lado de outros noticiários. Para o autor da proposta, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), o programa cobriria eventos que normalmente as emissoras de televisão não cobrem, como os trabalhos nas comissões permanentes, por exemplo.

Discriminação

Mas há quem não partilhe dessa opinião. "O Diário da Constituinte foi usado discriminando acintosamente os democratas do País e colocando-se a serviço dos ideólogos", protestou o líder do PFL, deputado José Lourenço. Segundo ele, o Centrão e alguns membros do PMDB "que não são comunistas ou simpáticos à idéia", ficaram de fora do programa. Lourenço disse que ele e toda a sua bancada votará contra o projeto.

Mesmo dentro da ala progressista do Congresso há quem tenha um "pé atrás" com relação à proposta. O deputado Antonio Britto (PMDB-RS), por exemplo, acredita que não será a edição diária de um programa de 3 a 5 minutos que vai assegurar a imagem do Congresso ou da classe política. Entende, porém, que isso pode ajudar.

Sabino, garante que são 31 o total de funcionários requisitados de outros órgãos para prestar assessoria à Constituinte, mas funcionários da Casa afirmam que este número ultrapassa tranquilamente a 500, percebendo gratificações extra-salários que variam de 30 a 100 mil cruzados mensais.

Sabino conta que este é o terceiro trem a que assiste: o primeiro foi o conhecido "Fernandão", o segundo o "Sabinão" e o terceiro será este que já pode ser batizado de "Constituinte".

O "Fernandão" ficou assim conhecido por ser de autoria do deputado Fernando Lyra (sem partido/PE), que à época, em dezembro de 83, era primeiro secretário da Câmara dos Deputados. Foram efetivados na tabela permanente da Câmara mais de 1.000 celetistas, através de um concurso interno pro-forma. Houve ainda uma lista de mais de uma centena de funcionários celetistas — na maioria filhos e parentes de parlamentares — que sequer prestaram aquele concurso interno para tornarem-se estatutários. Já o "Sabinão", nome em homenagem ao diretor-geral do Senado, aconteceu em junho de 1987 e constituiu em um ato aprovado pela mesa da Câmara que deu cinco referências de uma só vez a todos os funcionários da casa. Esse trem permitiu ainda que algumas categorias de funcionários mudassem de nível sem prestação de concurso específico.

Idéia é criar uma central de vídeo

Várias idéias foram apresentadas pelos parlamentares, para a operacionalização do "Diário do Congresso", caso ele seja aprovado. Enquanto alguns defendem a manutenção da atual estrutura montada pela Radiobrás para o "Diário da Constituinte", outros parlamentares falam na contratação de empresas privadas, através da concorrência pública, ou no aproveitamento da própria estrutura de divulgação que já existe no Congresso.

Na estrutura da Adirp, departamento que cuida da Divulgação dos trabalhos do Congresso, existe um setor de televisão, mas não há nem equipamento para realizar o trabalho. A idéia de se criar uma central de vídeo para o Congresso já é antiga, segundo funcionários, mas os preços dos equipamentos desanimam. Estima-se que uma central de vídeo custaria hoje algo em torno de 100 milhões de dólares.

A Adirp está subordinada ao terceiro-secretário da Câmara, deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), que acredita na aprovação do projeto que cria o Diário do Congresso. O programa ficaria subordinado à sua secretaria.

Três setores

O departamento, dirigido pelo jornalista Alfredo Obliziner, tem hoje 118 funcionários. Ele se subdivide em três setores: imprensa, rádio e televisão, além da parte relativa às relações públicas. Cerca de 30 redatores fazem a segunda meia hora do programa "A Voz do Brasil", dedicada ao Legislativo, e o "Jornal da Constituinte", tablóide de 6 páginas, com tiragem de 100 mil exemplares, que circula mensalmente no Congresso. Redigem também um boletim diário e outro semanal, sobre o trabalho Legislativo.

O Diário da Constituinte conta hoje com uma equipe de 34 pessoas, para levar o programa diariamente ao ar. Eles são contratados pela Radiobrás, que na semana passada apresentou à imprensa um prejuízo de 116 milhões de cruzados com o programa.